

O modelo neoliberal brasileiro e o projeto maranhense

Célia Maria da Motta*

Zulene Muniz Barbosa

Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.
São Luís: Editora UEMA, 2006, 160 p.

Este livro resulta de uma larga experiência prática e intelectual da autora, distanciando-se de inúmeras publicações que analisam o recente processo de adoção das políticas neoliberais sem considerar as particularidades ou os efeitos de sua implantação. Zulene Barbosa vivencia o processo e recorre ao seu conhecimento prático como militante sindical para elaborar sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado. Justamente esta última resultou no presente livro. Desvendando a relação entre o Estado e a institucionalização das formas de organização populares, a autora observa o potencial contraditório e antagônico das relações sociais, agravado pelo processo de reestruturação capitalista neoliberal no Maranhão, na década de 1990.

Inicialmente a autora recupera, de Marx e Engels, a teoria da crise como uma lógica contraditória do capitalismo, da qual decorre a necessidade de constante expansão do sistema – atualmente rebatizada de “globalização”. Com isto, reconstitui os principais aspectos da ofensiva e crise do capitalismo, da década de 1980, atentando para o caráter orgânico da crise contemporânea. A implementação do projeto

* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS).

capitalista neoliberal é apreendida como parte da ofensiva capitalista com vistas à recomposição da hegemonia burguesa.

Abordando os aspectos mais gerais e algumas das particularidades do atual processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o segundo capítulo dedica-se a observar, nos diferentes momentos de reestruturação produtiva, a reprodução do histórico padrão de desenvolvimento dependente da economia brasileira, cujas contradições sociais também reproduzem as lutas de classes.

Ao apresentar as políticas de “abertura econômica” adotadas pelo Estado brasileiro durante a década de 1990, e suas especificidades no Estado do Maranhão, o terceiro capítulo analisa o processo de passivização das lutas sociais, profundamente articulado à reestruturação da produção e das relações capital-trabalho. As particularidades da implantação das políticas neoliberais, no Maranhão integram as contradições desenvolvidas em nível nacional. Contudo, ampliam sua histórica condição de região periférica, especialmente devido ao fortalecimento das relações oligárquicas, que não perderam sua capacidade de monopolização do setor produtivo, do controle do mercado da força de trabalho e da centralização de capital.

O capitalismo neoliberal requer a abertura das fronteiras econômicas e a repressão das possíveis forças sociais contrárias que se manifestem regional, nacional ou internacionalmente. Em uma região dotada de fartos recursos naturais, das facilidades de exportação e dos convenientes interesses das oligarquias locais, as políticas neoliberais consolidaram-se especialmente a partir do Programa Grande Carajás. Ante a clássica justificativa para os lucrativos empreendimentos capitalistas – o desenvolvimento nacional –, Zulene questiona: qual desenvolvimento?

A resposta é clara. O Projeto Ferro Carajás, o Projeto do Alumínio e as novas formas de acumulação reafirmaram a relação do Brasil com o sistema financeiro internacional e a nova divisão internacional do trabalho. Responsável pela migração de milhares de trabalhadores;

expropriação de terras, florestas e rios; construção de hidrelétricas e portos, esse projeto econômico não assegurou qualquer desenvolvimento humano ou social. Ao contrário, sem qualquer participação popular quanto às necessidades locais, apenas firmou a aliança entre o capital estatal e privado, nacional ou internacional, mais uma vez liberando as fronteiras e as “barreiras” à “livre iniciativa” e ao lucro. As contradições capital-trabalho renovaram-se e, conseqüentemente, as formas de luta de classes, em diversos setores sociais.

No quarto capítulo, Zulene analisa a construção do “novo sindicalismo” no Brasil e as fases de participação das organizações sindicais no Maranhão, demonstrando o retrocesso do conhecido sindicalismo *de luta* para o *propositivo* dos acordos “necessários” à modernização das relações de trabalho. Sob o peso da contraditória lógica capitalista de centralização de capital, o desfecho das lutas de classes foi claro: o Maranhão se integrou ao projeto neoliberal brasileiro.

Contudo, se as contradições capitalistas renovam-se continuamente, renovam-se também as necessidades humanas. Mas as possibilidades de transformação histórica requerem o entendimento das relações determinadas pelo atual modo de produção. Zulene Barbosa contribui para esse conhecimento, apresentando as principais determinações do capitalismo neoliberal para a configuração da atual realidade maranhense e brasileira.